

O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ENSINO DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

Felipe Gabriel Pereira Martins

Fernanda Paes Arantes - Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Resumo

Embora a educação financeira tenha ganhado destaque nos últimos anos, somente um terço da população mundial é alfabetizada financeiramente. Os resultados são piores entre jovens, mulheres e idosos. A extensão universitária desempenha papel central na formação de uma população mais consciente e preparada para os desafios financeiros, alinhando-se às metas do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo destacar a necessidade de programas de educação financeira voltado para os jovens e como as universidades podem contribuir para a mudança desse cenário de vulnerabilidade. A metodologia adota uma abordagem quantitativa para analisar os níveis de alfabetização financeira dos alunos da Universidade Federal do Maranhão, coletados a partir de um questionário respondido por 779 estudantes. Os resultados revelam um baixo nível de conhecimento, atitudes e comportamentos financeiros, indicando uma vulnerabilidade generalizada, embora fatores sociodemográficos influenciem significativamente esses indicadores. Conclui-se que é fundamental implementar programas de educação financeira acessíveis a toda a comunidade universitária, contribuindo para a redução da pobreza, desigualdades e promovendo o crescimento econômico sustentável. As universidades desempenham um importante nesse contexto, tanto por meio da inclusão de disciplinas e cursos específicos em seus currículos, quanto pela realização de eventos, programas de mentoria, projetos de extensão e pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: Alfabetização Financeira, Finanças Pessoais, extensão universitária

Abstract

Although financial education has become more prominent in recent years, only one-third of the world's population is financially literate. The situation is even worse among young people, women, and the elderly. University extension programs play a central role in educating a population that is more aware and prepared for financial challenges, thereby aligning with sustainable development goals. In this sense, this research highlights the need for financial education programs for young people and explains how universities can contribute to improving this vulnerable situation. This study uses a quantitative approach to analyze the financial literacy levels of students at the Federal University of Maranhão. Data were collected from a questionnaire completed by 779 students. The results reveal low levels of financial knowledge, attitudes, and behaviors, indicating widespread vulnerability. However, sociodemographic factors significantly influence these indicators. It is concluded that implementing financial education programs accessible to the entire university community is essential to reducing poverty and inequalities and promoting sustainable economic growth. Universities can play an important role by including specific subjects and courses in their curricula, holding events, offering mentoring programs, and conducting academic research.

Keywords: Financial Literacy, Personal Finance, University Extension

O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ENSINO DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira é um termo que vem ganhando destaque nos últimos anos com a percepção de que as pessoas precisam saber lidar melhor com questões relacionadas ao dinheiro para que o país possa se desenvolver de maneira sustentável. Nesse sentido, essa pauta tornou-se um tópico de extrema relevância no cenário internacional, sendo vista como uma estratégia no combate à pobreza.

A partir dos anos 2000, organismos internacionais passaram a defender a inclusão financeira como um fator significativo no combate à pobreza, passando a ser reconhecida como a habilidade do século XXI (Sconti; Caserta; Ferrante, 2024). No Brasil, se tornou política pública de caráter permanente em 2010 com a instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (Ribeiro, 2020).

Embora tenha sua importância amplamente reconhecida, somente um terço da população mundial é alfabetizada financeiramente (Sconti; Caserta; Ferrante, 2024). O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) demonstra que o baixo nível de alfabetização financeira é um problema mundial e destaca que os jovens entre 18 e 29 anos apresentam a menor pontuação em alfabetização e atitude financeiras, além de possuírem menos conhecimento financeiro e um comportamento financeiro menos prudente, sendo considerado um dos grupos vulneráveis que merecem atenção na definição de programas e políticas que estimulem mudanças comportamentais (OECD, 2020). Esse dado se confirma na pesquisa de Méndez-Prado *et al.* (2023), que identifica uma forte correlação entre a alfabetização financeira e a idade, encontrando níveis mais baixos em jovens e idosos.

Esse é um dado alarmante, especialmente considerando que os jovens têm um papel significativo no desenvolvimento das economias nacionais, pois altos níveis de alfabetização financeira impactam positivamente na intenção empreendedora, resultam em maior sucesso empresarial, além de proporcionar bem-estar psicológico e melhor desempenho acadêmico (Zaimovic *et al.*, 2023).

Diante disso, a educação financeira tem emergido como uma peça fundamental na formação acadêmica e na vida profissional dos indivíduos. Fox, Bartholomae e Lee (2005) destacam que a falta de conhecimento em finanças pode resultar em vieses comportamentais, os quais são observados em investidores com pouca educação financeira. São mais de 70 milhões de brasileiros com algum tipo de restrição ao crédito que sofrem diversos efeitos negativos, como insônia (85%), dificuldade de concentração nas tarefas diárias (74%), crises de ansiedade (61%) e impacto nas relações pessoais (Serasa, 2022).

O acesso mais fácil ao crédito e as atitudes mais permissivas em relação às dívidas contribuem potencialmente para os problemas financeiros dos jovens (Johan; Rowlingson; Appleyard, 2021). Além disso, Mireku, Appiah e Agana (2023) destacam que a oferta crescente de esquemas de enriquecimento rápido e programas de financiamento estudantil fazem com que este grupo tenha uma demanda urgente de melhoria do nível de alfabetização financeira, dado o seu papel estratégico como futuros gestores.

Estudantes universitários, em sua maioria, estão começando a viver a vida de forma independente, enfrentando novas responsabilidades e se deparam com a necessidade de gerenciar suas finanças, equilibrar receitas e despesas, planejar seus gastos, sem nenhum preparo para isso (Johan; Rowlingson; Appleyard, 2021).

Diante da necessidade de se tornarem autossuficientes, o planejamento e o investimento regular tornam-se cruciais para uma vida adulta financeiramente equilibrada e, quanto mais

cedo começar, mais longe se pode chegar com contribuições menores (Chawla; Bhatia; Singh, 2022).

Existe, portanto, a necessidade de desenvolver estratégias para ajudar os jovens a compreender e navegar no mundo das finanças, cada vez mais complexo (Johan; Rowlingson; Appleyard, 2021). As famílias têm um papel importante no desenvolvimento da alfabetização financeira dos jovens, mas programas formais devem ser desenvolvidos nas escolas e universidades para que aprendam desde cedo a importância das poupanças regulares e investimentos planejados desde o início da vida adulta (Chawla; Bhatia; Singh, 2022). É necessário desenvolver programas educativos e de formação que, além de aumentar o conhecimento financeiro, influenciem os comportamentos e atitudes financeiras (Dogra; Kaushal; Sharma, 2023; Zaimovic *et al.*, 2023).

A universidade é um espaço ideal para concentrar programas de alfabetização financeira para os jovens. No entanto, as atividades nesse sentido, realizadas em ambiente universitário, têm sido, essencialmente, através de palestras e seminários e esse tipo de abordagem tem se revelado insuficiente (Almeida; Costa, 2023). Isto porque a alfabetização financeira precisa ser um processo contínuo e não deve ser vista como um assunto autônomo, mas integrante de um processo educacional mais amplo (Böhm *et al.*, 2023).

Ao integrar a educação financeira ao currículo acadêmico e promover atividades extracurriculares focadas nesse tema, as instituições de ensino superior contribuem diretamente para o desenvolvimento econômico e social do país. Estudantes que adquirem competências financeiras sólidas não apenas melhoram seu próprio bem-estar, mas também ajudam a promover a igualdade de gênero, reduzir desigualdades sociais e adotar práticas de consumo responsáveis.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo destacar a necessidade de programas de educação financeira voltado para os jovens e como as universidades podem contribuir para a mudança desse cenário de vulnerabilidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país ao diminuir a pobreza (ODS1), aumentar o bem-estar das pessoas (ODS 3), fornecer educação de qualidade (ODS 4), promover a igualdade de gênero (ODS 5), o crescimento econômico (ODS 8), a redução das desigualdades (ODS 10) e consumo e produção mais responsáveis (ODS 12) (Zaimovic *et al.*, 2023).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação financeira

A educação financeira é uma ferramenta de política pública, econômica e social que, se bem desenvolvida, proporciona vantagens significativas para os indivíduos e as organizações, como o uso consciente da renda, a redução do endividamento e o aumento dos investimentos, contribuindo para o crescimento da economia a patamares mais sólidos. Nesse contexto, essas políticas desempenham um papel central ao assegurar a disseminação desse conhecimento de forma ampla e acessível, viabilizando sua incorporação por meio de marcos regulatórios, programas governamentais e iniciativas educacionais integradas aos ambientes escolar e social (Mette, 2015).

A dificuldade de implementação das políticas públicas é discutida e refletida por Lotta (2019) sob a perspectiva da agenda, formulação, implementação e avaliação. Nesse sentido, as fases que perpassam a implementação de políticas públicas são um relevante instrumento analítico para entender os processos decisórios que fazem parte dessas políticas, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Fases de implementação de políticas públicas

FASE 1 AGENDA	FASE 2 FORMULAÇÃO	FASE 3 IMPLEMENTAÇÃO	FASE 4 AVALIAÇÃO
Etapa em que se identificam e compreendem os temas que ganham destaque na agenda pública. Busca-se entender os motivos e os processos que fazem com que certos assuntos sejam considerados prioritários.	Fase dedicada à construção das políticas, com a definição de seus objetivos, estratégias e diretrizes. Também se estabelece o papel de cada ator envolvido no processo de formulação e decisão.	Momento em que os planos saem do papel e passam a ser executados. A eficácia dessa etapa depende, em grande parte, do trabalho dos servidores públicos e das ferramentas utilizadas pelo Estado.	Busca-se analisar as discrepâncias entre o que foi planejado e o que efetivamente foi realizado. Os resultados são avaliados sob diferentes aspectos, como a eficiência, a eficácia, a efetividade, entre outros critérios relevantes.

Fonte: Adaptado de Lotta (2019, p. 13).

De acordo com a OCDE (2005, p. 5), educação financeira é definida como:

O processo pelo qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, podem fazer escolhas bem-informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005, p.5).

A necessidade de educar financeiramente os cidadãos é amplamente reconhecida em diversos países pelo mundo, devido à percepção de fatores como a crescente complexidade e variedade dos produtos financeiros, o aumento na expectativa de vida das pessoas e as mudanças na composição e distribuição da renda (Ribeiro, 2020). O quadro 2 apresenta um resumo da perspectiva da OCDE a respeito da educação financeira.

Vale salientar que a forma como as pessoas lidam com o dinheiro vai muito além do entendimento sobre conceitos financeiros, os comportamentos e atitudes desempenham um papel importante nas decisões financeiras e precisam ser desenvolvidos em conjunto. O conhecimento, por si só, não é suficiente para o gerenciamento eficaz das finanças sendo necessário avaliar como esse conhecimento afeta o comportamento e as atitudes financeiras (Huston, 2010; Méndez-Prado *et al.*, 2023; Potrich; Vieira; Mendes-da-Silva, 2016; Silva G. O. *et al.*, 2017; Zaimovic *et al.*, 2023). Este conceito mais amplo, que envolve conhecimento, comportamentos e atitudes financeiras, é denominado de alfabetização financeira.

Segundo estudos de Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), o conhecimento financeiro torna os cidadãos mais felizes, por isso, cada vez mais instituições públicas e privadas reconhecem a importância de educar financeiramente seus cidadãos. Nesse contexto, Silva e Powell (2013) defendem a ideia de um currículo para a educação financeira e reafirmam a importância da abordagem do tema no âmbito escolar, de forma que os conceitos matemáticos sejam inseridos nas decisões, nos comportamentos e na formação do estudante, ganhando sentido no cotidiano.

A educação financeira escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (Silva; Powell, 2013, p. 13).

Quadro 2 – A educação financeira sob a perspectiva da OCDE

1. A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e inscrições apropriadas, livres de interesses particulares.
2. Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3. O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5. A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com consequências relevantes.
9. Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Fonte: Saito, Savóia e Petroni (2006, p. 5).

A partir desta definição, constata-se que a educação financeira escolar deve ser crítica e cidadã, a serviço tanto da melhoria da qualidade de vida individual quanto do bem-estar social. Para que isso seja efetivo, no entanto, o conhecimento e desenvolvimento da alfabetização financeira se fazem importantes.

Estudos mostram que a melhoria na alfabetização financeira ajuda a reduzir o desperdício de dinheiro em comportamentos e taxas dispendiosas, melhora o bem-estar, a resiliência, o planejamento para a aposentadoria, além de aumentar a participação no mercado financeiro e nas eleições (Sconti; Caserta; Ferrante, 2024).

O conhecimento adequado de gestão das finanças pessoais pode reduzir a impulsividade para compras, proporcionando aumento do autocontrole e mitigando os efeitos negativos das compras sem planejamento (Veiga *et al.*, 2019), com isso, minimiza a necessidade de estratégias para proteger o consumidor financeiro (Pereira; Cavalcante; Crocco, 2019). Nesse contexto, cidadãos mais conscientes das suas decisões de consumo são menos propensos à inadimplência e mais capazes de realizar adequadamente a gestão dos seus recursos (Vieira; Moreira Júnior; Potrich, 2019).

A educação financeira auxilia na gestão dos gastos, poupança, seguros, investimento e obtenção de renda com foco em previdência, na diferenciação entre despesas essenciais e desnecessárias, no planejamento patrimonial, na avaliação da viabilidade de tomar empréstimos ou financiamentos para realizar projetos de investimento, avaliação de risco e

retorno dos produtos de investimento, como potencializar os rendimentos com as aplicações certas respeitando o perfil de risco de cada um e na formação de reserva de emergência para lidar com imprevistos (Pereira; Cavalcante; Crocco, 2019).

Dessa forma, o aumento do nível de educação financeira da população traz diversos benefícios para as famílias e para a economia do país, pois com pessoas que sabem usar o dinheiro de modo consciente crescem as chances de um desenvolvimento econômico sustentável. De acordo com o relatório do SPC e da CNDL (2020), apenas 11% dos consumidores brasileiros têm receita suficiente para cobrir suas despesas no início do ano, como IPTU, IPVA e material escolar, sem precisar fazer economias ao longo do ano anterior. Além disso, o Raio X do Investidor Brasileiro revela que 58% da população não conhece ou utiliza nenhum tipo de investimento, percentual que aumenta para 75% nas classes D e E (Anbima, 2023).

Embora cerca de 72% dos brasileiros tenham feito ou pensado em fazer reservas para investimentos ou poupança, segundo o Serasa (2023), a busca por cursos ou educação financeira ainda não é uma prática generalizada, sendo adotada por apenas 3 em cada 10 consumidores.

A inclusão da educação financeira na educação infantil, através da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), em 2018, é um avanço notável. Entretanto, uma questão preocupante é que os universitários de hoje frequentemente não foram expostos de forma abrangente a esse conhecimento durante sua trajetória educacional o que resulta em uma lacuna no planejamento financeiro dos jovens.

No ensino superior, a educação financeira se expressa minimamente para os estudantes universitários, devido a uma participação discreta das universidades na divulgação desse tema. Nesse sentido, uma das razões apontadas para essa situação é a falta da educação financeira como política pública nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, cenário semelhante ao que existia no ensino básico (Bufalo; Pinto, 2023).

A educação financeira se torna ainda mais necessária levando-se em conta os desafios financeiros que muitos deles enfrentam ao ingressar na vida adulta. De acordo com uma pesquisa conduzida pelo portal G1, no ano de 2022, o número de jovens inadimplentes no Brasil está aumentando constantemente (G1, 2022). Dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) mostram que 19% dos brasileiros de 18 a 24 anos estão endividados, enquanto 46% daqueles entre 25 e 29 anos também enfrentam inadimplência, totalizando 12,5 milhões de pessoas. Além disso, 75% dos jovens de 18 a 30 anos não controlam seus gastos. Isso destaca a necessidade de compreender as causas desse fenômeno e encontrar soluções para reverter essa tendência preocupante.

É nesse momento que a maior parte deles passa a ter contato mais efetivo com a necessidade de gerenciar o seu próprio dinheiro e acesso ao crédito, com ofertas facilitadas de cartão de crédito e o acesso à educação financeira contribui para o início de uma vida profissional mais organizada financeiramente.

Dessa forma, é incontestável a importância de implementar ações planejadas para capacitar a população nesse aspecto, especialmente por meio das universidades, que desempenham um papel fundamental na promoção da educação financeira e na formação de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com questões financeiras.

2.2 O papel das universidades na formação cidadã

As universidades desempenham um papel crucial na formação cidadã, contribuindo com a transformação, capacitação e conscientização social a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Mendes; Minghelli; Mari, 2023). A extensão universitária tem o papel de atender a crescente demanda de agentes externos, como grupos sociais, empresas,

organizações governamentais, entre outros, equilibrando com as atividades de ensino e pesquisa (Klaumann; Tatsch, 2023). Dessa forma, as universidades são ambientes fundamentais para a construção de identidade, desenvolvimento de habilidades sociais e estímulo ao pensamento crítico, preparando os indivíduos para atuar de forma consciente e responsável na sociedade.

Essas instituições promovem a formação de cidadãos informados e críticos, capazes de analisar e interpretar a realidade ao seu redor. Por meio de debates, projetos de pesquisa e atividades de extensão, os alunos são incentivados a refletir sobre questões sociais, políticas e éticas, desenvolvendo uma visão ampla do mundo e dos desafios contemporâneos. Essa abordagem crítica é fundamental para formar profissionais que buscam não apenas o sucesso individual, mas também o bem-estar coletivo.

Atividades para melhorar o nível de educação financeira podem contribuir para reduzir a vulnerabilidade das famílias à pobreza através da melhoria na capacidade de gerenciamento de risco das famílias, aumento da poupança, estímulo ao empreendedorismo e acesso formal ao crédito (Yang *et al.*, 2025). Pessoas expostas a programas de educação financeira, especialmente os jovens, são mais propensas a se tornarem microempreendedores, deixando de ser empregados para se tornarem empregadores, estimulando o desenvolvimento econômico do país (Sconti; Caserta; Ferrante, 2024; Zaimovic *et al.*, 2023). Dessa forma, as universidades são um espaço ideal para a promoção da educação financeira, pois além de alcançar os seus próprios alunos, podem expandir este conhecimento para a comunidade no seu entorno através de atividades de extensão.

A universidade tem, entre suas funções primárias, a responsabilidade de contribuir com a resolução de problemas sociais que afetam a população a partir da conexão entre ensino, pesquisa e extensão. Através da extensão universitária é possível levar conhecimento às comunidades desprovidas de vários direitos sociais, sendo uma importante ferramenta para enfrentar a exclusão social e fortalecer as comunidades (Mendes; Minghelli; Mari, 2023). Além disso, fomentam a responsabilidade social e o engajamento cívico, oferecendo programas de voluntariado e projetos comunitários onde os estudantes podem aplicar seus conhecimentos em benefício da sociedade.

A curricularização da extensão, a partir da Resolução CNE/CES nº 7 de 2018, exige das instituições de ensino superior (IES) maior aproximação dos problemas locais, articulando ensino e pesquisa de forma indissociável e viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade (Silva; Vieira; Tambosi Filho, 2023). Nesse sentido, a curricularização da extensão deve servir como estímulo para que as universidades se tornem um espaço para disseminação da educação financeira, não só entre alunos de todos os cursos, mas para toda a comunidade no seu entorno.

Klaumann e Tatsch (2023) ressaltam a importância das universidades, não apenas na disseminação do conhecimento, mas indo até as comunidades que mais necessitam, através de programas de extensão que abrem espaço para comunicação com diferentes segmentos da sociedade, contribuindo para a solução de diversos problemas sociais.

Almeida *et al.* (2023) demonstraram os efeitos positivos da constância da educação inclusiva, com apoio da universidade a partir de atividades de extensão. Os resultados desta pesquisa são convergentes com o proposto por Böhm *et al.* (2023) que destacam que o ensino de educação financeira deve ser um processo contínuo, pois abordagens isoladas se mostram insuficientes para gerar resultados consistentes (Almeida; Costa, 2023).

Essas experiências práticas são essenciais para cultivar uma consciência social, promovendo empatia e solidariedade, valores indispensáveis na construção de uma sociedade mais justa. A diversidade presente nas universidades, que reúne estudantes de diferentes origens e perspectivas, enriquece esse processo, desafiando preconceitos e estimulando o respeito às diferenças.

É fundamental que as universidades integrem a educação financeira enriquecendo a formação acadêmica e preparando os alunos para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades e no mundo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota o método de *survey*, utilizando um questionário como instrumento de coleta de dados, composto de 32 questões objetivas. O questionário foi desenvolvido com base em uma revisão sistemática da literatura, sendo dividido em quatro seções. As três primeiras abordam as dimensões de alfabetização financeira (conhecimento, atitude e comportamento financeiro), que se configuram como tópicos centrais na visão da OCDE e como elementos fundamentais para medir a alfabetização financeira (Potrich; Vieira; Ceretta, 2013; OCDE, 2020). Na última seção foram coletadas informações sociodemográficas, como idade, estado civil, gênero, renda e escolaridade dos pais para complementar a análise.

Os itens de conhecimento financeiro são dicotômicos, sendo apresentadas diferentes alternativas com uma única resposta correta. Os itens de atitude e conhecimento financeiro tem opções de resposta em escala Likert de cinco pontos, variando de discordo totalmente a concordo totalmente.

A seção de conhecimento financeiro é composta de 10 questões, sendo as quatro primeiras tendo como referência os estudos de Vieira, Moreira Júnior e Potrich (2020), a quinta e a sexta questão são de elaboração própria e da sétima à décima tendo como referência os estudos de Shih e Ke (2014). Nesse sentido, assuntos como ativos, empréstimos, amortização, taxa de inflação e investimentos foram colocados em pauta.

Em relação à seção de atitude financeira, o questionário é composto de 12 questões, sendo as quatro primeiras de Vieira, Moreira Júnior e Potrich (2020), da quinta à sétima e a décima primeira sendo de Trento e Braum (2020), a oitava de elaboração própria e décima segunda questão teve Shih e Ke (2014) como referência para elaboração. No que diz respeito à seção de comportamento financeiro, a sua composição foi de 10 questões que tiveram como referência os estudos de Vieira, Moreira Júnior e Potrich (2020). O questionário completo é apresentado no Apêndice A.

A amostra da pesquisa é do tipo aleatória não probabilística, composta por 779 alunos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dos diferentes cursos e *campi*. Esse total de respondentes possibilitou uma análise abrangente de todas as informações coletadas. A aplicação do questionário aconteceu de forma digital, pela plataforma Google Forms, sendo divulgado através de e-mail e redes sociais.

A análise dos dados teve como base a metodologia adotada por Potrich, Vieira e Ceretta (2013). A nota de conhecimento financeiro é dada pelo número de acertos, considerando que cada item respondido corretamente vale 0,5. A nota de atitude financeira é dada pela média das respostas, invertendo a escala de modo que a resposta 1 vale 5 pontos, a resposta 2 vale 4 pontos, resposta 3 vale 3 pontos, resposta 4 vale 2 pontos e resposta 5 vale 1 ponto, exceto para o item 12 que mantém o padrão de resposta crescente na escala Likert. A nota de comportamento financeiro é dada pela média das respostas a cada item.

Considerando que alfabetização financeira é composta por conhecimento, atitude e comportamento financeiro, o nível de alfabetização financeira dos estudantes foi avaliado com base na média ponderada desses três aspectos, conforme representado na equação 1.

$$AF_i = \frac{ConF_i + ComF_i + AtiF_i}{3} \quad (1)$$

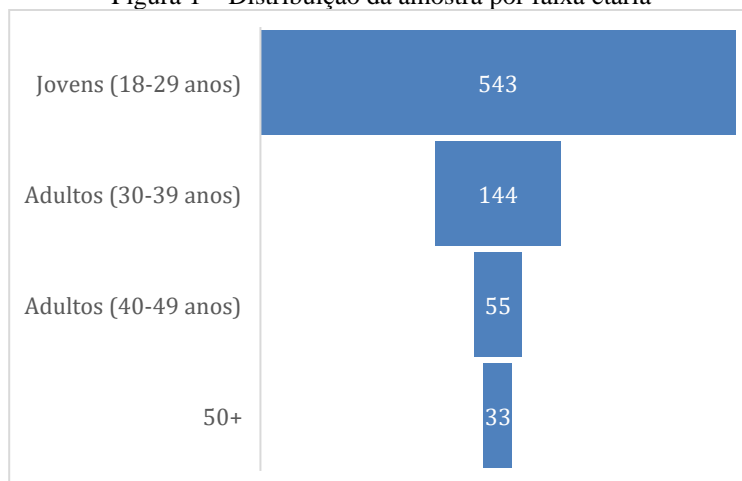
Em que AF_i corresponde ao nível de alfabetização financeira do indivíduo i , $ConF_i$ corresponde à média de conhecimento financeiro de i , $ComF_i$ corresponde à média de comportamento financeiro de i e $AtiF_i$ corresponde à média de atitude financeira de i . As análises são complementadas com estatística descritiva avaliando como os resultados de alfabetização financeira se relacionam com as variáveis sociodemográficas.

4 RESULTADOS

A amostra é composta por 779 estudantes universitários, sendo 70% jovens entre 18 e 29 anos. A Figura 1 apresenta a distribuição completa por faixa etária. Quanto ao sexo, 49% são do sexo feminino e 51% do sexo masculino. No que se refere ao estado civil, 76% dos estudantes são solteiros, 20% casados, 3% separado ou divorciado e 1% não informou.

Quanto à renda pessoal, 40% dos estudantes não possuem renda própria, 35% recebem menos de um salário mínimo, 17% tem renda entre 1 e 3 salários mínimos, 4% tem renda de 4 a 5 salários e outros 4% afirmam ter renda acima de 5 salários. Com relação à renda familiar, a maior parte da amostra tem renda de até 2 salários mínimos (49%), 31% possuem renda familiar entre 2 e 5 salários, 13% têm renda de 5 a 10 salários e somente 6% dos estudantes afirmam ter renda familiar acima de 10 salários mínimos. Essa distribuição reflete a realidade do estado do Maranhão, que possui a menor renda per capita do país, segundo dados do IBGE.

Figura 1 – Distribuição da amostra por faixa etária



Fonte: Elaboração própria

4.1 Avaliação do nível de alfabetização financeira dos estudantes

A tabela 1 mostra o nível de alfabetização financeira dos universitários da UFMA por faixa etária. Nesse sentido, notou-se que os jovens apresentaram os menores níveis de conhecimento financeiro (2,64), de atitude financeira (3,4) e de comportamento financeiro (3,36), culminando no menor nível de alfabetização financeira em relação as outras faixas etárias. Esses dados reforçam as informações de outros estudos que destacam o baixo nível de alfabetização financeira entre os jovens e a necessidade de desenvolver ações específicas voltadas para esse público (OCDE, 2020; Zaimovic *et al.*, 2023). Nesse contexto, a universidade pode contribuir significativamente com capacitação e conscientização social por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Mendes; Minghelli; Mari, 2023).

Outro ponto a se destacar com relação à idade é a menor média de comportamento financeiro dos alunos com mais de 50 anos. Diversos estudos destacam o baixo desempenho dos idosos em avaliações de alfabetização financeira (Méndez-Prado *et al.*, 2023; OCDE,

2020). Observa-se que, embora apresentem maior nota de conhecimento financeiro, isso não se reflete em melhor desempenho no conjunto da avaliação, devido ao menor desempenho nos itens de comportamento financeiro. Apesar de a amostra dessa faixa etária ser pequena, pode ser um indício de que para melhorar a alfabetização financeira de pessoas mais velhas é preciso focar mais nas questões relacionadas ao comportamento do que em conhecimento e atitude.

Tabela 1 – Nível de alfabetização financeira por faixa etária

Faixa etária	Conhecimento	Atitude	Comportamento	Alfabetização financeira
Jovens (18-29 anos)	2,64	3,4	3,36	3,1
Adultos (30-39 anos)	2,75	3,6	3,53	3,3
Adultos (40-49 anos)	2,93	3,5	3,52	3,3
50+	2,92	3,6	3,38	3,3

Fonte: Elaboração própria

A tabela 2 apresenta o nível de alfabetização financeira dos estudantes com base no sexo. Contata-se que as mulheres apresentam menor desempenho em todas as etapas da avaliação, especialmente no que se refere ao conhecimento financeiro. Este resultado pode estar relacionado à menor afinidade das mulheres com matemática, fortemente relacionada com o desempenho nos itens de conhecimento financeiro que abordam questões relacionadas a juros, inflação e investimentos (Méndez-Prado *et al.*, 2023). Por outro lado, Bertola e Lo Prete (2025) sugerem que o baixo desempenho das mulheres pode estar relacionado não ao seu nível de conhecimento, mas à menor confiança, superestimando a diferença de gênero na alfabetização financeira. As mulheres são mais avessas ao risco quando comparadas aos homens, escolhendo estratégias de investimento mais conservadoras, e isso pode se refletir nas avaliações de atitude e comportamento financeiro (Dogra; Kaushal; Sharma, 2023; Lee; Kelley, 2023).

Tabela 2 – Nível de alfabetização financeira por sexo

Sexo	Conhecimento	Atitude	Comportamento	Alfabetização financeira
Feminino	2,31	3,4	3,38	3,0
Masculino	3,05	3,5	3,42	3,3

Fonte: Elaboração própria

A tabela 3 apresenta os resultados da avaliação com base no estado civil. Como observado na literatura, os solteiros apresentam menor desempenho em todos os quesitos, enquanto casados e viúvos demonstram melhor desempenho. Nesse sentido, Lee e Kelley (2023) destacam que programas de alfabetização financeira devem ser eficazes em todos os grupos conjugais e de gênero, mas dedicar atenção especial à mulheres solteiras que detém maior probabilidade de necessitar de ações nesse sentido.

Tabela 3 – Nível de alfabetização financeira por estado civil

Estado civil	Conhecimento	Atitude	Comportamento	Alfabetização financeira
Solteiro	2,63	3,4	3,36	3,1
Casado/união estável	2,96	3,6	3,55	3,4
Separado/divorciado	2,61	3,5	3,59	3,2
Viúvo(a)	3,00	4,2	3,5	3,6

Fonte: Elaboração própria

A tabela 4 apresenta a avaliação de alfabetização financeira com base na renda familiar mensal. Nota-se que o desempenho cresce na mesma direção da renda, exceto na atitude financeira em que há uma diferença muito pequena entre as faixas de renda.

Tabela 4 – Nível de alfabetização financeira por renda familiar mensal

Renda familiar mensal	Conhecimento	Atitude	Comportamento	Alfabetização financeira
Até 2 salários mínimos	2,38	3,5	3,35	3,1
De 3 a 5 salários mínimos	2,78	3,4	3,37	3,2
De 6 a 10 salários mínimos	3,22	3,5	3,57	3,4
Acima de 10 salários mínimos	3,54	3,4	3,6	3,5

Fonte: Elaboração própria

Situação similar é identificada quando se compara os resultados de alfabetização financeira com a renda pessoal, com desempenho diretamente proporcional ao aumento na renda. Nesse sentido, investir em programas de alfabetização financeira pode contribuir significativamente para elevar a renda, através da melhoria na capacidade de gerenciamento de risco, aumento da poupança e acesso formal ao crédito, além de promover o empreendedorismo (Yang *et al.*, 2025). Ao entrar no mercado de trabalho, os jovens começam a ter que lidar com questões sobre empréstimo, cartão de crédito, planos de poupança e, para isso, precisam compreender os mercados e produtos financeiros para planejarem melhor o seu futuro (Dogra; Kaushal; Sharma, 2023).

Tabela 5 – Nível de alfabetização financeira por renda pessoal

Renda pessoal	Conhecimento	Atitude	Comportamento	Alfabetização financeira
Não tenho renda própria	2,42	3,5	3,25	3,0
Até 1 salário mínimo	2,68	3,4	3,45	3,2
De 2 a 3 salários mínimos	2,97	3,4	3,53	3,3
De 4 a 5 salários mínimos	3,40	3,6	3,73	3,6
Acima de 5 salários mínimos	3,56	3,4	3,65	3,5

Fonte: Elaboração própria

Uma análise geral do nível de alfabetização financeira dos estudantes, apresentado na Figura 2, demonstra que a nota mais alta obtida pelos alunos foi 4,5, com somente 20 alunos atingindo este nível e nenhum deles obteve desempenho máximo. Isso demonstra que, embora aspectos sociodemográficos devam ser considerados no desenvolvimento de programas de alfabetização financeira, a falta de conhecimento sobre o assunto atinge diversas áreas da sociedade (Araújo *et al.*, 2023). Nesse sentido, é preciso desenvolver programas de alfabetização financeira nas escolas e universidades para que os jovens adquiriam base financeira sólida, tornando-se financeiramente estáveis e autossuficientes (Chawla; Bhatia; Singh, 2022).

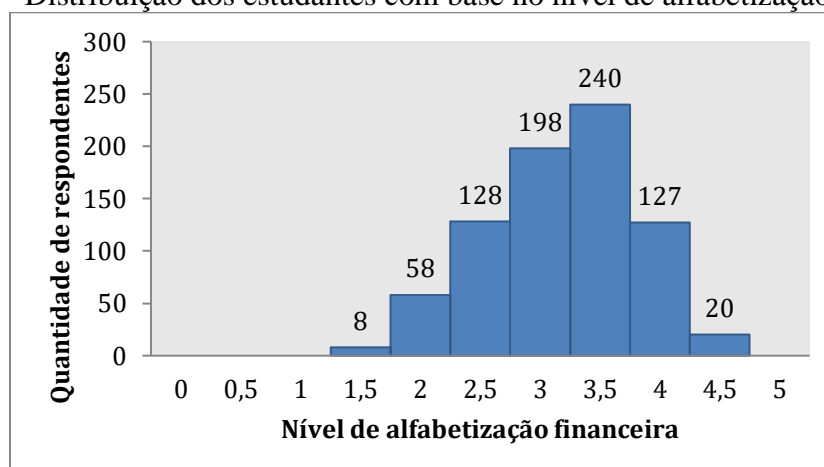
5 CONCLUSÃO

A análise dos dados confirma o cenário de baixa alfabetização financeira entre os estudantes universitários do Maranhão. Nota-se a recorrência de grupos vulneráveis, como jovens, mulheres e idosos entre os que possuem menores níveis de alfabetização financeira e, conseqüentemente, exigem maior atenção no desenvolvimento de programas educacionais voltados para essa temática.

No entanto, embora fatores sociodemográficos, como idade, gênero e renda tenham influência significativa nos resultados de alfabetização financeira, a análise realizada demonstra que o baixo desempenho em conhecimento, atitudes e comportamento financeiro atinge todos os grupos. Dessa forma, é necessário desenvolver programas de formação que

atingam a todos, contribuindo para a redução da pobreza, o crescimento econômico e redução das desigualdades, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Figura 2 – Distribuição dos estudantes com base no nível de alfabetização financeira



Fonte: Elaboração própria

Nesse sentido, as universidades desempenham um importante papel na promoção da alfabetização financeira voltadas às finanças pessoais, tanto por meio da inclusão de disciplinas e cursos específicos em seus currículos, quanto pela realização de eventos, programas de mentoria, projetos de extensão e pesquisa acadêmica. No entanto, existem desafios a serem enfrentados, como a falta de integração curricular e a capacitação inadequada dos professores.

Ainda que a literatura demonstre uma crescente preocupação com a promoção da alfabetização financeira, os desafios são significativos. Sua importância transcende as salas de aula e as instituições financeiras, afetando diretamente o bem-estar individual e a estabilidade econômica de um país. No Brasil, a falta de conhecimento financeiro tem gerado consequências significativas, como o endividamento excessivo e a falta de planejamento financeiro, afetando diferentes faixas etárias, especialmente os jovens e os idosos.

Políticas governamentais têm sido implementadas para promover a educação financeira, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que busca aumentar a capacidade dos cidadãos de tomar decisões conscientes sobre a gestão de seus recursos. Iniciativas não governamentais, como a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF), também têm contribuído para disseminar o conhecimento financeiro.

Os desafios na implementação da Alfabetização Financeira nas universidades requerem uma abordagem integrada e multidisciplinar, envolvendo esforços coordenados de instituições de ensino, professores, alunos e toda a comunidade acadêmica. É fundamental que a alfabetização financeira vá além do fornecimento de informações, buscando sistematizar e regulamentar atividades educacionais sobre o conteúdo financeiro.

Portanto, é imperativo que as universidades e demais instituições continuem investindo em programas e políticas que promovam a alfabetização financeira, visando capacitar os indivíduos a tomarem decisões financeiras informadas e responsáveis, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social sustentável do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.; COSTA, O. Perspectives on financial literacy in undergraduate students. **Journal Of Education For Business**, v. 98, n. 1, p. 1-8, 14 dez. 2021.

ALMEIDA, M. L. *et al.* Formação continuada na perspectiva inclusiva pela via da pesquisa e extensão: as funções mediadoras da relação teoria e prática na constituição de grupos de estudo-reflexão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. 1-17, 2023.

ANBIMA. **Raio X do investidor brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Anbima, 2023.

ARAÚJO, J. V. B. de *et. al.* Nível de alfabetização financeira de acadêmicos do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT) de uma universidade pública federal. **Revista de Gestão e Secretariado**, v.14, n. 8, p. 12441-12468, 2023.

BERTOLA, G.; LOPRETE, A. Who prefers guessing to admitting They Don't Know? Measurement error in financial literacy surveys. **Journal Of Economic Behavior & Organization**, v. 233, p. 107003, maio 2025.

BUFALO, D. C. L.; PINTO, R. Â. B. Políticas públicas de educação financeira: do processo histórico às ações práticas em Instituições de Ensino Superior. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. v. 28, p. 1-36, 2023.

BÖHM, P. *et al.* Determinants of Financial Literacy: Analysis of the Impact of Family and Socioeconomic Variables on Undergraduate Students in the Slovak Republic. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 16, n. 4, 2023.

CHAWLA, D.; BHATIA, S.; SINGH, S. Parental influence, financial literacy and investment behaviour of young adults. **Journal of Indian Business Research**, v. 14, n. 4, p. 520–539, 1 jan. 2022.

DOGRA, P.; KAUSHAL, A.; SHARMA, R. R. Antecedents of the Youngster's Awareness About Financial Literacy: A Structure Equation Modelling Approach. **Vision**, v. 27, n. 1, p. 48–62, 1 fev. 2023.

FOX, J.; BARTHOLOMAE, S.; LEE, J. Building the Case for Financial Education. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 39, n. 1, p. 195 - 213, 2005.

G1. **Educação financeira**: número de jovens inadimplentes no Brasil é preocupante. número de jovens inadimplentes no Brasil é preocupante. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/11/18/educacao-financeira-numero-de-jovens-inadimplentes-no-brasil-e-preocupante.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2023.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

JOHAN, I.; ROWLINGSON, K.; APPLEYARD, L. The Effect of Personal Finance Education on The Financial Knowledge, Attitudes and Behaviour of University Students in Indonesia. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 42, p. 351–637, 2021.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; VAN OUDHEUSDEN, P. **Financial Literacy Around the World**: insights from the standard & poor's ratings services global financial literacy survey. Stanford: S&P Global Finlit, 2015.

KLAUMANN, A. P.; TATSCH, A. L. A Extensão Universitária como um caminho para a Inovação Social: análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. 1–34, 2023.

LEE, Y. G.; KELLEY, H. H. Financial perceptions and financial behaviors across marital status and gender. **Family And Consumer Sciences Research Journal**, v. 52, n. 2, p. 86-101, 9 nov. 2023.

LOTTA, G. **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. p. 13

MÉNDEZ-PRADO, S. M. *et al.* An Assessment Tool to Identify the Financial Literacy Level of Financial Education Programs Participants' Executed by Ecuadorian Financial Institutions. **Sustainability**, v. 15, n. 2, 2023.

MENDES, E. L.; MINGHELLI, M.; MARI, C. L. University Extension in Information Science: a critical participatory approach. **Digital Journal of Library and Information Science**. Campinas, SP. v.21, 2023.

METTE, F. M. B. A educação financeira como um instrumento estratégico para dar sustentabilidade ao crescimento econômico brasileiro. **International Journal Of Business & Marketing (IJB MKT)**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 43-52, 2015.

MIREKU, K.; APPIAH, F.; AGANA, J. A. Is there a link between financial literacy and financial behaviour? **Cogent Economics & Finance**, v. 11, n. 1, p. 1- 25, abr. 2023.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Recomendação sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira**. Paris, França, 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em 04 abr, 2025.

OECD. **OECD/INFE 2020 International Survey of Adult Financial Literacy**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <www.oecd.org/financial/education/launchoftheoecdinfeGLOBALfinancialliteracysurveyreport.htm>. Acesso em: 6 fev. 2024.

PEREIRA, F.; CAVALCANTE, A.; CROCCO, M. Um plano nacional de capacitação financeira: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 541-561, ago. 2019.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?. **Revista eletrônica de ciência administrativa RECADM**, v. 12, n. 3, p. 7-14, 2013.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; MENDES-DA-SILVA, W. Development of a financial literacy model for university students. **Management Research Review**, v. 39, n. 3, p. 356-376, 2016.

RIBEIRO, C. T. Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 487-498, jul./set., 2020.

SAITO, A. T.; SAVÓIA, J. R. F.; PETRONI, L. M. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). *In: SEMEAD*, 9., 2006. Anais [...]. São Paulo: EAD/FEA/USP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001534911>. Acesso em: 03 mar. 2025.

SCONTI, A.; CASERTA, M.; FERRANTE, L. Gen Z and financial education: evidence from a randomized control trial in the south of Italy. **Journal Of Behavioral And Experimental Economics**, v. 112, p. 102256, out. 2024.

SERASA. **Finanças regionais**: as diferenças na relação com o dinheiro entre os estados do Brasil. São Paulo: Serasa, 2023. (Serasa Comportamento). Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/serasa-comportamento/>. Acesso em: 24 out. 2023.

SERASA. Perfil e comportamento do endividamento brasileiro 2022. 5. ed. São Paulo: **Serasa Experian**, 2022.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. *In: Encontro Nacional de Educação Matemática*. Curitiba, 11., 2013. Anais [...]. Curitiba: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2013. p. 1-17. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5940248-Um-programa-de-educacao-financeira-para-a-matematica-escolar-da-educacao-basica.html>. Acesso em: 03 de mar. 2025.

SILVA, G. O. *et al.* Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 7, n. 3, p. 279-298, set. 2017.

SILVA, L. D.; VIEIRA, A. M.; TAMBOSI FILHO, E. Curricularização da extensão universitária: indicadores de avaliação para os cursos de administração e contabilidade. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 29, p. 1-30, 2024.

SHIH, T. Y.; KE, S. C. Determinates of financial behavior: insights into consumer money attitudes and financial literacy. **Service Business**, v. 8, n. 2, p. 217-238, 2014.

TRENTO, T. R.; BRAUM, L. M. S. Desenvolvimento e validação de conteúdo de uma escala de mensuração da alfabetização financeira. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 20, n. 39, p. 133-160, 25 abr. 2022.

VEIGA, R. *et al.* Validation of scales to research the personal financial management. **Review of Business Management**, v. 21, n. 2, p. 332-348, abr. 2019.

VIEIRA, K. M.; MOREIRA JUNIOR, F. J.; POTRICH, A. C. G. Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. **Educação & Sociedade**, v. 40, n. 1, p. 1-33, 2019.

VIEIRA, K. M.; MOREIRA JÚNIOR, F. J.; POTRICH, A. C. G. Measuring financial literacy: proposition of an instrument based on the item response theory. **Ciência e Natura**, v. 42, n. 1, p. 1-34, 29 dez. 2020.

YANG, Z. *et al.* Can financial education programs alleviate household vulnerability to poverty? Evidence from the JinHui financial education project in China. **International Review Of Finance**, v. 25, n. 1, p. 1-22, 17 fev. 2025.

ZAIMOVIC, A. *et al.* Mapping Financial Literacy: a systematic literature review of determinants and recent trends. **Sustainability**, v. 15, n. 12, p. 9358, 9 jun. 2023.

APENDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Dimensão	Itens
Conhecimento financeiro	<p>1. Imagine que a alíquota aplicada à sua caderneta de poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação é de 10% ao ano. Depois de um ano, quanto você conseguirá comprar com o dinheiro desta conta?</p> <p>a) Mais do que hoje b) Exatamente o mesmo c) Menos que hoje* d) Não sabe</p> <p>2. Normalmente, qual ativo apresenta as maiores flutuações ao longo do tempo?</p> <p>a) Conta poupança b) Ações* c) Títulos do governo d) Não sabe</p> <p>3. Quando um investidor distribui seus investimentos entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro:</p> <p>Aumenta Diminui* Continua sem alteração Não sabe</p> <p>4. Um empréstimo com prazo de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais mais elevados do que um empréstimo de 30 anos, mas o valor total dos juros pagos no final do empréstimo será menor. Esta afirmação é:</p> <p>a. Verdadeiro* b. Falso c. Não sabe</p> <p>5. Como saber se é mais vantagem amortizar um empréstimo/financiamento ou investir o dinheiro e continuar pagando as parcelas mensalmente?</p> <p>a. É sempre mais vantajoso quitar um empréstimo antecipadamente b. Comparando a taxa de juros do empréstimo com a taxa de juros de onde investiria o dinheiro c. Comparando o custo efetivo total (CET) com a taxa de juros de onde investiria o dinheiro* d. Não sabe</p> <p>6. Qual das opções abaixo NÃO é considerado um título de renda fixa?</p> <p>a. fundos imobiliários* b. CDB c. Tesouro direto d. Não sabe</p> <p>7. Os juros auferidos em contas poupança são isentos de impostos.</p> <p>a. Verdadeiro* b. Falso c. Não sabe</p> <p>8. Investir \$ 1.000 por ano durante 10 anos renderá a mesma quantia de dinheiro que investir \$ 2.000 por ano durante 5 anos se a taxa de juros for a mesma para ambos os</p>

Dimensão	Itens
	investimentos. a. Verdadeiro b. Falso* c. Não sabe 9. É financeiramente vantajoso pedir dinheiro emprestado para investimento se a taxa de juros do empréstimo for inferior ao retorno esperado. a. Verdadeiro* b. Falso c. Não sabe 10. No longo prazo, as pessoas podem esperar ganhar mais dinheiro investindo em ações do que investindo dinheiro em títulos públicos. a. Verdadeiro* b. Falso c. Não sabe
Atitude Financeira	1. Não me preocupo com o futuro, vivo apenas no presente. 2. Acho que é mais gratificante gastar dinheiro do que guardá-lo para o futuro. 3. É difícil construir um plano de gastos familiares. 4. O dinheiro foi feito para ser gasto. 5. Dinheiro é símbolo de sucesso. 6. Eu gosto de possuir coisas que impressionam as pessoas. 7. Ter dinheiro gera sensação de liberdade. 8. Algumas coisas não abro mão de ter/comprar, mesmo sabendo que comprometem meu orçamento. 9. Gosto de aproveitar oportunidades com rendimento significativos, mesmo sem entender bem sobre o tipo de investimento envolvido. 10. Mostro sinais de nervosismo quando não tenho dinheiro suficiente. 11. Gastar dinheiro está entre as coisas mais prazerosas da vida. 12. Preocupo-me com a possibilidade de não estar financeiramente seguro.
Comportamento Financeiro	1. Analiso minhas contas antes de fazer uma compra grande. 2. Pago minhas contas em dia. 3. Costumo fazer empréstimo para organizar minhas contas. 4. Ao decidir quais produtos financeiros e empréstimos utilizarei, considero as opções de diversas empresas/bancos. 5. Economizo meu dinheiro regularmente para atingir metas financeiras de longo prazo, como, por exemplo, a educação dos meus filhos, a compra de uma casa, a aposentadoria. 6. Tenho um plano de gastos/orçamento. 7. Faço anotações e controlo meus gastos pessoais (ex.: planilha mensal de receitas e despesas). 8. Analiso o custo-benefício das tarifas que pago (tarifa de conta bancária, anuidade de cartão de crédito etc.). 9. Acompanho a rentabilidade dos meus investimentos mensalmente. 10. Dou preferência para cartões de crédito que ofereçam mais benefícios e/ou não cobrem tarifas.
Questionário sociodemográfico	1. Qual a sua idade? 2. Sexo 3. Estado civil 3. Qual o nível de escolaridade dos seus pais? 4. Qual período está cursando? 5. Qual a faixa de renda familiar mensal? 6 Qual a sua renda pessoal?